

Ficções do eu colonial e pós-imperial: memória, identidade e família em *O esplendor de Portugal**

Isabel A. Ferreira Gould

Resumo: A partir da leitura de *O esplendor de Portugal* (1997), este texto examina a experiência multigeracional do colono português em África e o papel da memória dos filhos na revisitação do passado colonial. Focaliza-se um conjunto de elementos na obra em estudo: o percurso disfórico da família e a decadência do núcleo familiar, as figurações do colono e as configurações da identidade filial, a imagem e o lugar da mulher portuguesa em África, o fracasso do projecto colonial e as ruínas do último império, o deslocamento em relação à África e à pátria dos retornados e, por último, a revisitação dos espaços íntimos da memória familiar através da escrita autobiográfica ficcional.

No smooth history emerges, but rather a series of fragments, which read speculatively, hint at a story that can never be fully recovered.

Peter Hulme (*Colonial Encounters* 12)

O esplendor de Portugal, da autoria de António Lobo Antunes e publicado em 1997, é um romance que dá conta da relação dos portugueses com África, prestando-se nele particular atenção à experiência multigeracional do colono e à memória filial do passado africano.¹ Como Ana Margarida Fonseca aponta, *O esplendor de Portugal* “procura destruir os mitos do português como povo civilizador” (“Processos” 175). “[S]ignos ideológicos do autor onde, através da ironia,

se evidencia o carácter anti-épico intencionado para o romance” (“Processos” 172), o título e a epígrafe do livro formam um todo que nos remete significativamente para “A Portuguesa,” letra do Hino Nacional da autoria de Henrique Lopes de Mendonça. Referências constantes a esse texto fundador, o título e a epígrafe surgem recontextualizados neste décimo segundo romance do autor com uma intenção explicitamente paródica e desencantada.

Nessa medida, diremos que António Lobo Antunes elege neste livro duas das linhas mestras da ficção portuguesa contemporânea: a revisão da identidade nacional (Almeida 493) e a revisitação do passado português. Assim sendo, e retomando a temática de revisitação africana que enforma muitas das narrativas do pós-25 de Abril, *O esplendor de Portugal* repensa a identidade portuguesa a partir de um múltiplo espaço ficcional que se concentra, todavia, no percurso disfórico de várias gerações de uma família por terras de Angola. Consistindo numa profunda meditação sobre a família portuguesa, a obra examina a decadência gradual de três gerações de colonos que ocorre paralelamente à dissolução do império, revisitando a colonização do século XX (embora não inclua os treze anos de guerra colonial), a descolonização, o regresso à nação portuguesa e a guerra civil em Angola. É precisamente no seio dessa família de colonos, na Baixa do Cassanje, em Angola, que observamos tanto a hipocrisia e a mentira do projecto colonial português, como a destruição do mito de um colonialismo fraterno, investido na ideia de um império multirracial nos trópicos.

O esplendor de Portugal gira não apenas em redor da auto-imagem do colono e da imagem que os portugueses da metrópole dele possuíam, mas também em redor da experiência do “retornado” em Portugal. Assim, ficciona, por um lado, o percurso colonial africano de quatro personagens até 1961 e, por outro, a (des)adaptação do ex-colono ao novo espaço português no período que compreende o final da década de setenta e os anos noventa. O romance centra-se precisamente na partida para Lisboa dos três filhos, em 1977, e na separação da mãe, que permanece e morre em Angola em 1995. Representando as múltiplas e complexas dimensões da identidade do colono português, *O esplendor de Portugal* coloca precisamente em cena a violência, a auto-destruição, o racismo, a incomunicabilidade humana, a afectividade doentia, o envelhecimento, a doença, a loucura e a morte nesta família portuguesa. Forças mediadoras das relações familiares e domésticas, que a narrativa explora incisivamente, a violência, a traição e a auto-destruição atestam sobretudo a natureza brutal, absurda, do sistema instituído pelo colono. A violência—parte intrínseca da estrutura basilar do colonialismo—encontra-

se presente na mundividência e nas acções do colono, principalmente no seu paternalismo, que busca ora encobrir as atrocidades cometidas contra a população africana ora compensar, através da valorização positiva de uma imagem benevolente do colono, o fracasso e a ineficácia do sistema colonial. Temas centrais nesta narrativa, a violência e o fracasso do projecto colonial adquirem uma dimensão ainda mais trágica quando perspectivados a partir da experiência marginal do colono; ou seja, quando este representa ambivalentemente o lugar de *Outro* e se destaca enquanto personagem proscrita.

O esplendor de Portugal apresenta-se como um livro singular—diríamos mesmo invulgar entre as narrativas portuguesas de revisitação africana—na medida em que ficciona a identidade e a experiência colonial/pós-colonial portuguesa a partir da perspectiva proscrita e subjectiva do filho mestiço (Carlos), cujo testemunho dá início ao livro, e dos irmãos desajustados (Rui, epiléptico; Clarisse, prostituta). Constatamos, pois, que a temática não só é inovadora como nos permite examinar um conjunto de questões que se relaciona com as configurações do português-*Outro* e, sobretudo, com a (não) integração do mestiço na casa e na família portuguesas.

Apesar de tratar da saga de uma família de colonos, a obra retrata momentos centrais da história do Portugal moderno e da experiência de vida de muitos portugueses de aquém e além-mar. Neste sentido, *O esplendor de Portugal* enquadra-se num conjunto de obras da ficção portuguesa contemporânea que indaga sobre a ideia de nação e acerca da construção da identidade cultural portuguesa, porque, como refere Ana Margarida Fonseca, “face à experiência de destituição de um território—físico, cultural e afectivo—cuja posse se prolongou durante séculos, a literatura dificilmente deixará de reflectir tão profunda transformação na auto-imagem de uma nação” (“Processos” 167). Em entrevista concedida a Francisco José Viegas, em *Ler: Livros & Leitores*, António Lobo Antunes enfatiza precisamente este aspecto, afirmando que *O esplendor de Portugal* é a metáfora de uma parte da nossa identidade (40). É assim que nele se desmistifica a imagem do *esplendor de Portugal* e se desconstrói a ideia de uma gloriosa África portuguesa através da análise do espaço colonial (senzala, fazenda, casa) e da relação metrópole-colónia; se examina a colónia como lugar de ruína e perda, e o espaço-regresso de Portugal como cenário de dispersão, trauma e incomunicabilidade da família; e se analisam as imagens disfóricas da África enquanto ser “desventrado” e de Portugal como país agonizante, forçado à redefinição da sua identidade após a descolonização. Num outro plano, o livro faz ainda a sondagem do interior humano, ou

seja, da perspectiva do colono, tecendo a crítica a partir do elemento gerador da violência, representando-o, por um lado, como personagem violenta e torturadora e, por outro, como figura marginal, como dissemos anteriormente. Por último, aposta a obra na representação do “retornado” enquanto indivíduo alienado, obsessivamente voltado para o passado, para quem a África é um lugar de origem e regresso, *topos* revisitado através da memória, do devaneio e da alucinação.

Com este belo romance, António Lobo Antunes convida-nos a fazer uma longa viagem às profundezas do colonialismo e ao passado recente português que persiste nos exercícios da memória finissecular; viagem, sem dúvida, anti-épica que reflecte o olhar da potência colonizadora e exige tanto a reavaliação da auto-imagem nacional como a revisão do “esplendor do passado.” Visando problematizar a perspectiva do colono, o romance investe nas ficções do eu e nas memórias plurais e fragmentadas dos filhos e da figura materna (Isilda), tecendo uma imagem da ruína da família e do império de acordo com os seus pontos de vista subjectivos. É assim que as suas três partes apresentam respectivamente as ficções intimistas de Carlos/Isilda, Rui/Isilda e Clarisse/Isilda. As vozes que ecoam do Portugal pós-revolucionário (a partir do presente de 1995), no caso dos filhos, e de Angola após a independência, no caso de Isilda, regressam obsessivamente à África colonial através do testemunho da sua memória pessoal. Livro que supura desencanto do princípio ao fim, *O esplendor de Portugal* revisita, pois, em jeito de prosa diarística ficcional, as formas mais diversas do alheamento, da crise identitária e, sobretudo, da despertença. No caso de Carlos, Rui e Clarisse, a separação de África e o regresso a Lisboa—essa Lisboa que, como Cristina Robalo Cordeiro descreve, é “terra onde desaguardam as mágoas dos que a ela regressam sem lhe pertencerem, estranhos ao palpitar da cidade onde tudo parece acanhado, tacanho, insípido, incolor” (431)—são a razão principal dos estilhaços na sua identidade de (ex) filhos do império.

Atestando a importância que a África teve na vida e na carreira literária de Lobo Antunes, este romance acrescenta-se a um conjunto de obras do ficcionista que lida com a experiência africana e a guerra colonial portuguesa [respectivamente *Os cus de Judas*, *Fado alexandrino* e *As naus*]. Todavia, e como Maria Alzira Seixo frisa em *Os romances de António Lobo Antunes* (2002), *O esplendor de Portugal* destaca-se dos três títulos acima mencionados na medida em que examina precisamente o ponto de vista dos portugueses que nasceram em Angola e que tiveram que de lá partir. Como Seixo aponta:

O esplendor de Portugal é decerto o mais total e incisivo destes romances, ao perspectivar esta matéria, pelo menos se considerarmos a voz de queixa ou alheamento oriunda de África, isto é, a voz dos que lá nasceram e de lá partiram, ou que ficaram para partirem pela morte, que a sua permanência de vários modos veio a causar. Porque nos três primeiros romances mencionados, os efeitos não são certamente menos pungentes, mas radicam na terra portuguesa, em termos de regresso ou de nostalgia, de desadaptação ou recordação atroz, e África é neles um período de passagem, transformador e destrutivo mas sem o peso de origem a marcá-lo. (319)

Uma leitura atenta não apenas de *O esplendor de Portugal*, mas da totalidade da obra de Lobo Antunes, revela preocupações recorrentes que se refletem num núcleo temático que percorre muitas das suas narrativas. Entre as figurações temáticas principais destacamos o desencanto com o Portugal pós-revolucionário; a desconstrução das mitologias da pátria e da família; a África, a anti-epopeia que foi a guerra colonial e as ruínas do império; a memória e a re-escrita revisionista do passado; a (des)ordem e a degradação na/da família; o desencontro e o confronto nas relações de género; a ausência de amor; o sofrimento e a morte. De salientar, e muito especialmente no romance em análise, “a visão do passado é trazida como uma necessidade para avaliar-se a insuficiência do presente (inacabado e desconhecido depois de superada a euforia com a Revolução),” como indica o *Dicionário de literatura portuguesa*, organizado por Álvaro Manuel Machado (39). A re-invenção ficcional do passado português é, sem dúvida, um aspecto predominante não apenas na ficção antuniana, mas numa boa parte da produção literária do pós-25 de Abril, revelando uma “tendência de toda uma geração que, através da metaficção historiográfica, tentou desvelar a face de um Portugal velado durante séculos por uma imagem mitificadora imposta pela ideologia oficial” (Machado 39).

Em *O esplendor de Portugal*, e na maioria dos livros do autor, observam-se traços técnicos/estilísticos específicos que incluem a multiplicidade de vozes narrativas e a convergência de pontos de vista; a alternância aparentemente caótica de espaços e tempos narrativos; a intertextualidade; e a irreverência da ironia, da paródia, e do sarcasmo. Em “Os discursos da paródia e do desencanto no nosso romance mais actual—A narrativa,” Carlos F. Jorge destaca na ficção antuniana “o dialogismo tomado como absoluto paródico, o cruzar de pontos de vista e de vozes em alternâncias tão vertiginosas que a opacidade discursiva se torna quase uma obsessão de leitura” (94). Em *O esplendor de Portugal* observamos quer o registo dialógico, que se entretece nesta narrativa

sobre o percurso existencial das quatro personagens mencionadas, quer as técnicas destinadas a ressuscitar e decantar o seu passado em África.

A escolha do espaço periférico da colónia e do universo familiar colonial como *lugar de decantação* tem especial importância na obra em análise. Nesse sentido, o romance visa examinar e filtrar a identidade portuguesa a partir das margens das representações, ou seja, do espaço da colónia como lugar de contacto e fronteira. Assim sendo, a experiência colonial—que se define por vários tipos de ambivalência e hibridação entre colonizador e colonizado, num derramar e transvazar de identidades, culminando, segundo Boaventura de Sousa Santos (“Entre Prospero e Caliban”), num excesso de alteridade identificado na figura do colono/colonizador—faz parte inerente da formação da identidade do Portugal contemporâneo. A localização periférica da colónia torna-se, pois, lugar por excelência para se divulgar, narrar, e até mesmo celebrar a experiência portuguesa através de um olhar-*Outro* e, por isso mesmo, contaminado por uma consciência dupla de pertença e deslocamento.

Memória e identidade filial

Romance sobre a memória (Vieira 215; Chagas 171, 175) e a identidade (Fonseca, “Testemunhos” 181; Fonseca, “Processos” 282; Vieira 223), *O esplendor de Portugal* investe num tipo de rememoração que insiste em manter viva a experiência da África. Por força da evocação subjectiva das personagens, revisitam-se os espaços coloniais da memória familiar, que regressam ao presente através de uma escrita que, como Carlos Reis refere, glosa “a estrutura do diário (mas retirando-lhe alguns aspectos da escrita diarística ortodoxa, como a sucessividade cronológica e a fixação nas confissões de uma personagem)” (24). A sucessividade cronológica é, segundo este crítico, eliminada em favor de um tempo presente cristalizado. Âncora temporal dos filhos, a data de 24 de Dezembro de 1995—noite em que Carlos espera em vão por Rui e Clarisse para celebrarem a consoada de Natal como se estivessem em África (quinze anos após o último encontro de família)—difere radicalmente do tempo fragmentado das inscrições maternas, que oscilam entre 24 de Julho de 1978 e 24 de Dezembro de 1995.

As histórias ou confissões entretecidas dos três filhos, que ocupam cinco capítulos cada na distribuição da obra, evidenciam a natureza polifónica do romance, que investe na articulação desequilibrada das memórias filiais e maternas, sendo o único elo de ligação o espaço africano que os membros da família insistentemente memorializam. Como notou Ana Margarida Fonseca,

“[a] escolha das formas enunciativas nesta obra de Lobo Antunes sugere logo à partida a preocupação...em fugir a uma visão *autoritária* da história colonial” (“Testemunhos” 181). É, pois, importante observar “que é sobretudo no plano individual, no confronto das personagens com os seus fantasmas solitários e a sombra das suas crises de identidade, que as vivências são convocadas” (“Testemunhos” 182).

Como Ângela Beatriz Faria sublinha, as vozes autobiográficas que preenchem as páginas deste pseudo-diário não apenas buscam a auto-definição como também assinalam a sua condição de marginalizadas na sociedade (2). Assim, ao pronunciarem-se autobiograficamente em forma de ficção de diário, as personagens inscrevem quer os traumas individuais, quer os traumas da família e da nação. Interlocutor por excelência, “sucedâneo de um interlocutor real, à falta dele ou por incapacidade dum relacionamento normal com outrem” (Rocha 28), o diário, ou a ficção de diário, revela igualmente uma situação de privação. Por isso é escrito sobretudo na doença, na prisão, no exílio e na guerra. Visando guardar, preservar e salvar memórias e estados de consciência, como um *Thesaurus* (Rocha 31), a escrita do diário, enfatiza Clara Crabbé Rocha, resulta quase sempre da ausência de comunicação (28, 31).

Em *O esplendor de Portugal*, a ficção de diário evidencia a situação de exílio do “retornado,” especialmente de Carlos e Clarisse; denuncia a ausência (e recusa) de comunicação entre os irmãos e a mãe; e alude à necessidade de afirmação e/ou restauração da identidade de Rui, cuja doença (epilepsia) lhe altera tanto as sensações e o comportamento como a consciência. A inscrição da experiência pessoal pode ser lida no caso de Rui como forma de compensação pelas perdas de consciência provocadas pela doença e pela marginalidade que esta suscita. Em Clarisse, o registo subjectivo expressa a sua condição de clausura no espaço do apartamento e na vida de prostituta da classe alta lisboeta, sendo o devaneio a expressão da sua necessidade de evasão. No caso da mãe, a ficção de diário, inscrita de um modo bastante fragmentado e disperso, sugere o caos da guerra, a deambulação e a viagem pela Angola independente. A inscrição da memória materna consiste, sobretudo, numa forma de sobrevivência à destruição imposta pela guerra, funcionando quer como meio de manter viva a recordação dos filhos, do casamento, dos pais e do passado colonial, quer como tentativa (inviável) de reparar a desintegração da família através dum reencontro (im)possível. É assim que o sonho de poder vir a reencontrar os filhos adquire particular relevo no último capítulo do romance,

quando Isilda imagina no final da vida o Natal de 1995, passado na companhia de todos na Baixa do Cassanje.

Se a inexistência de um centro de gravidade é uma marca comum da escrita diarística que aposta na fragmentação, a que os capítulos deste romance sobre a experiência materna claramente aludem, no caso dos filhos existe um centro em redor do qual gravitam todas as memórias. Este centro—a noite de 24 de Dezembro de 1995—simboliza, no entanto, o vazio porque testemunha a inviabilidade dos rituais de família, o silêncio e a ausência de comunicação. Fazendo parte dos géneros da data, como Abel Barros Baptista indica em “O espelho perguntador,” o diário mantém com o calendário uma relação íntima, uma vez que este é princípio constitutivo de toda a escrita diarística (64). Neste sentido, sublinha Baptista, os diários pertencem a um tempo, inscrevendo uma dada personalidade numa data presente:

[...] [o]s diários seriam [...] modalidades da escrita em que aquele que escreve escreve *em seu nome* para *fazer regressar o seu nome* à designação de uma personalidade: dotada de opiniões, moldada por experiências, animada de preocupações, que o tornam capaz de seguir os problemas da sua actualidade e da sua proximidade, ou seja, capaz de se mostrar *presente* numa data singular que o enraíza num presente activo. (65; itálicos do autor)

Qual a significância do registo autobiográfico/ficcional do “eu” filial em redor de uma só data; ou seja, no dia em que a mãe morre em Angola, que o Natal com os irmãos não se ritualiza e que a separação de Carlos e Lena tem lugar? Penso, por um lado, que a inscrição filial, enquanto testemunho plural e dissonante, procura resgatar do presente de 24 de Dezembro de 1995 um espaço de pertença que “enraíza num presente activo” a existência marginal de Clarisse, Rui e Carlos em Portugal, depois de todos os laços que se encontram na base da identidade primeira do indivíduo terem sido cortados (i.e., morte da mãe, morte anterior do pai, corte com os irmãos e separação conjugal). E, por outro, que o registo diarístico dos filhos visa restaurar catarticamente tanto o seu nome como a singularidade da sua experiência humana, quer em África, quer em Portugal.

Há uma dimensão igualmente importante na escrita diarística que se coaduna com um, senão o principal, tema na ficção de António Lobo Antunes: a morte. Como Marcello Duarte Mathias evidencia, “a morte está aqui sempre presente e sempre eternamente adiada. Escrever é *esconjurá-la*. Exorcizar

o tempo é adiar a morte, até porque não há *progressão* possível na escrita diarística, já que todos os momentos, do primeiro ao último, se equivalem” (47; *itálico do autor*). Em *O esplendor de Portugal* procura-se, sobretudo, esconjurar a morte da memória colonial em fim de século. Se a inscrição ficcional do “eu” de Carlos, Rui, Clarisse (e de Isilda até certo ponto) assinala a morte da família e dos laços familiares e, num outro plano, reencena a finitude do colonialismo e do império colonial, ela não deixa, no entanto, de procurar estabelecer uma linha contínua, feita, todavia, de fragmentos e estilhaços, entre presente-passado-presente, atestando as rupturas e continuidades próprias da narrativa autobiográfica e memorialista. As rupturas que os filhos visam superar com a restauração deste fio que possa ligar os tempos indiciam, todavia, outras rupturas na linha de transmissão da herança e da identidade filial. Digamos, pois, que esse fio ténue da memória ritualizada no presente e na solidão de 1995 procura, por um lado, repôr/restaurar o corte no legado familiar/colonial e, por outro, firmar o nome e a identidade filial no presente.

Do império em ruínas à pátria dos retornados: figurações do colono, do outro e da família

O esplendor de Portugal investe muito especialmente na representação problemática e complexa do colono e dos seus pontos de vista. Assumindo características específicas no romance, a figuração do colono como português-*Outro*—esse grupo pejorativamente designado por “brancos de segunda” ou por “pretos dos brancos” (Viegas 39)—detecta-se ao nível da sua auto-imagem e da imagem que lhe é atribuída pelos portugueses da metrópole. Apesar de oferecer uma representação literária dos africanos, sobretudo daqueles que convivem intimamente com a família portuguesa—entre eles, o livro destaca Damião, Fernando, Josélia e Maria da Boa Morte—*O esplendor de Portugal*, tal com outros romances do autor, “não se abre ao ponto de vista do colonizado” (Seixo 511), ficcionando-o apenas marginalmente. A imagem do africano é, no entanto, captada do ponto de vista colonialista através do olhar de Isilda:

[...] o garoto bailundo a fitar o cabo a fitar o meu pai a fitar-me a mim que roubou um saco de feijão como nos roubou Angola, nunca imaginei que Angola fosse um saco de feijão nas mãos de um miúdo e contudo era um simples saco de feijão [...] não podia entender se lhe pertencia a ele ou a nós,

como este país esta terra [...] o garoto bailundo de carapinha descolorida e barriga dilatada de fome, um saco de feijão roubado sob o braço. (EP 212-13)

Contaminada tanto pelo paternalismo como pelo racismo, a perspectiva de Isilda busca claramente reivindicar os direitos portugueses sobre a terra angolana, reduzindo a resistência africana à acção individual de uma criança, do garoto bailundo. Ao representar o colonizado como entidade anónima, Isilda nega, em simultâneo, a subjectividade e a humanidade do africano (Haddour 139-40). No romance em análise, a representação silenciada do africano reflecte, portanto, as estratégias tácitas de apropriação, domesticação, legitimação e marginalização postas em prática pelo colono.

Como Maria Alzira Seixo nota, *O esplendor de Portugal* é um romance que capta dramaticamente bem a atitude de má-consciência e abrogação do colono (511). Revelando-se na “ambivalência de agressividade retornada contra si” e no percurso de (auto)anulação do colono (511), essa atitude é particularmente visível em Isilda. Isilda é, pois, colocada no espaço colonial como figura em decadência, que ora investe em manter vivo um sistema brutal, cuja violência atinge o colonizado, ora é vítima do aniquilamento desse mesmo sistema. O romance explora, desse modo, a imagem do colono como figura ambivalente e fracassada. A figuração disfórica de Isilda reflecte, assim, as contradições do sistema colonial, investido, por um lado, na violência e, por outro, acometido pela sua própria tirania e loucura. A morte, para Isilda, afigura-se como a única possibilidade de libertação desse sistema e como resposta à pergunta paterna que ecoa no livro e que ela internaliza no final da vida: “o que tínhamos vindo procurar em África[?]” (EP 393-94). A errância de Isilda pela nação angolana independente em tempo de guerra civil (juntamente com a criada Maria da Boa Morte)—quando a sua existência se reduz a um fragmento, “fragmento de mulher num fragmento de cubata entre fragmentos de ruínas” (EP 236)—é uma viagem em direcção à morte que, como Ana Margarida Fonseca aponta, “devolve-a ao tempo infantil da indiferenciação colonizador/colonizado” (“Processos” 171). Nesse tempo de viagem real e alucinatória, quando se vê destituída da casa e dos bens, Isilda assume problemática e simbolicamente em si a postura do *Outro*:

[...] que eu acorada na esteira como os jingas, na imobilidade dos jingas, quietos durante horas ou dias ou semanas sem repararem em nada sem se ralarem com nada por não existir tempo nem duração nem idade, existir a morte não como

acabam as pessoas mas como acabam os rios, as vilas, a memória, cadáveres sem importância estendidos nas pranchas engordando o arroz, eu a cheirar como os jingas, a comer grilos e larvas como os jingas, se trabalhasse para a minha mãe era capaz de beber álcool das feridas, loção de barbear, perfume [...]. (EP 184)

Mas, como Fonseca frisa, “se é certo que a sua identificação com o povo angolano não resulta de uma opção verdadeiramente voluntária, importa não subvalorizar o facto de que esta atitude acaba por representar de algum modo a preservação da sua própria identidade através da incorporação do Outro em si” (“Processos” 171). Argumento, no entanto, que “[a] incorporação do Outro em si” é menos um sinal de preservação do que um sintoma da degradação de Isilda, que se reconhece *Outra* no espelho (EP 51-52) e no contexto da realidade africana em tempo de guerra. A pretensa “africanização” de Isilda é, sem dúvida, vista como uma condição que ela nega sarcasticamente. Atentemos na representação da sua auto-imagem, que contrasta o presente de Angola com o passado colonial:

[...] eu na Baixa do Cassanje, no terraço com os meus pais vestida de branco, de laço branco nas tranças, com dez, doze, treze anos se tanto, enquanto me pegavam ao colo a protegerem-me da criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser mas não era eu, que estupidez, como podia ser eu que não passo fome, tomo banho, graças a Deus. (EP 188-89)

Em tudo diferente do tempo dos pais e da infância aparentemente feliz de Isilda, “na época em que a fazenda e a casa e os espelhos e eu éramos novos, sem milho pisado nem telhas quebradas nem sardas da idade nem manchas do ácido do estanho a corroer o vidro” (EP 86), o lar português no período pós-colonial angolano é a “casa trocada por uma página de bloco quadriculado com manchas de gordura e carvão, soldados no quarto da minha mãe, nos quartos dos meus filhos” (EP 87), o lugar aonde não se pode regressar. Por isso, Isilda afirma/pergunta com a única veemência que lhe resta: “como voltar a casa se não há casa” (EP 281). A imagem da casa inexistente em Angola permite-nos adivinhar outros sentidos de (des)pertença que se estendem ao centro do espaço português. Nesse sentido, a pergunta de Isilda sugere igualmente que, para ela, não haverá nunca um regresso à casa-nação. O absurdo da experiência colonial culmina, deste modo, na separação e desintegração

da família, com a permanência e morte de Isilda em Angola, e com os filhos na pátria dos “retornados.” Angola transforma-se para Isilda em espaço de morte e sepultura; no caso de Carlos, Rui e Clarisse, Portugal simboliza o corte com a herança familiar, com a autoridade investida na figura materna e com os laços filiais. Símbolo da ruína do império colonial e da fragmentação da família, a morte da matriarca no final do romance afigura-se-nos como única forma de libertação da condenação imposta à África, ao *Outro* africano e a si mesma:

[...] as tropas, mesmo o dos botins de verniz, não iam roubar-me nem levar-me com eles nem fazer-me mal, não havia um só quarto às escuras na casa de Malanje, erguiam as metralhadoras, fixavam-me com a mira, desapareciam atrás das armas, o modo como os músculos endureceram, o modo como as bocas se cerraram e eu a trotar na areia na direcção dos meus pais, de chapéu de palha a escorregar para a nuca, feliz, sem precisar de perguntar-lhes se gostavam de mim. (EP 395)

Quanto à figuração do colono, Maria Alzira Seixo destaca o lugar “privilegiado” de Isilda, declarando que “a posição da figura feminina emerge [...] de uma forma que interessa à teoria pós-colonial e de alguma forma a remodela, na medida em que a afirmação do fraco e do subalterno rege neste caso uma desconstrução da convenção tradicionalmente binária em termos de domínio e poder” (519).

Sem dúvida, Isilda subverte o binarismo apontado ao construir e afirmar a sua identidade colonial através do casamento proibido com Amadeu (agrônomo da Cotonang, alcoólico e figura marginalizada em casa e na companhia onde trabalha) e, sobretudo, através da imposição, enquanto mãe adoptiva de Carlos (filho de Amadeu e de uma mulher africana), do seu poder de colona que se estende, deste modo, da casa à senzala africana. Ao comparar Carlos à mãe natural, Isilda anula a autoridade de Amadeu, condenando-o ao aniquilamento silenciado, e impõe entre os africanos o silêncio sobre a identidade híbrida do filho que todos conhecem, mas que são obrigados a calar. O estatuto de mãe adoptiva de um filho híbrido concede-lhe, por um lado, a legitimação do poder sobre o colono e o africano, mas suscita, por outro, o ódio e o rancor dos pais, especialmente da mãe (Eunice), que a troca no leito de morte pela criada Josélia. É neste contexto que Maria Alzira Seixo declara,

[...] ela, a mulher, o ente tradicionalmente fraco, assume a força da terra da qual se

apossa numa herança de intrusão, e colhe na fragilidade do marido e no apoio dos criados nativos [...] a legitimação adquirida de ser mãe de um mulato, que adopta, mais por empatia com a mulher nativa que o gerou, que por amor ao marido que a traiu e que despreza. (520)

Podemos, pois, afirmar que *O esplendor de Portugal* investe na desconstrução da ideia de império colonial português ser dominado pela autoridade e experiência masculinas. A inversão do modelo que o romance oferece permite-nos, sem dúvida, resgatar uma outra imagem do feminino, que busca inserir a mulher no centro do império e das narrativas sobre o colonialismo. Como interpretar, no entanto, o papel da mulher (sendo ele marginal ou não) ao serviço do império e das práticas coloniais/imperialistas portuguesas? Em *Maps of Englishness: Writing Identity in the Culture of Colonialism* (1996), Simon Gikandi levanta essa questão e adverte que o estudo do papel da mulher colonial é um projecto em si contraditório, na medida em que investe numa imagem de alteridade do feminino que não se coaduna com as suas práticas imperialistas:

Reading the feminine in the culture of colonialism, then, is a project driven by a paradox. We want to read woman as the absolute other in the colonial relation so that we can unpack the universalism of the imperial narrative and its masculine ideologies, but the result (positing white women as figures of colonial alterity, for example) can be achieved only through the repression of their cultural agency and the important role they played in the institutionalization of the dominant discourse of empire and the authority of colonial culture. (122)

Ora, em *O esplendor de Portugal* a representação da figura materna inverte claramente o modelo tradicional de poder e autoridade. Todavia, o papel que Isilda desempenha na construção do projecto colonial português e, sobretudo, na propagação de uma retórica colonialista e racista compromete uma possível leitura da personagem como figura de alteridade. Paradoxo nos estudos do colonialismo, como Gikandi refere, a interpretação do lugar e das funções da mulher portuguesa na edificação do projecto colonial e na difusão de uma mentalidade imperialista permite-nos, no entanto, sondar contradições, ambivalências e tensões que fazem parte inerente da(s) cultura(s) do império. É nessa direcção que ajuizamos as vantagens de se investigarem a presença e a experiência da mulher no império português. Como Gikandi adianta:

Reading woman in the culture of colonialism and in the service of empire demands, then, that we renounce the binary opposition—between self and other—promoted by the dominant (masculine) narrative and see imperial femininity as an invitation to us to read colonialism's culture in its contradictions and complicities, as a chiasmus in which the polarities that define domination and subordination shift with localities, genders, cultures, and even periods. (124)

Nas figurações da identidade *Outra* do colono, tanto Rui como Clarisse ocupam um lugar privilegiado na arquitectura do romance. Personagem proscrita no livro, Rui corporiza um tema recorrente na ficção antuniana, a doença. Assumida pela mãe como um problema hereditário (EP 25, 39), a epilepsia de Rui é um prolongamento do que de terrível existe nela (EP 25) e nas memórias antigas que a levam a revisitar o linchamento do louco na vila de Nisa (EP 23). Por isso, Isilda afirma entre frases pronunciadas pelo médico:

[...] há qualquer coisa de terrível em mim que vocês desconhecem mas de que os bichos e os pretos se dão conta, as criadas se dão conta fitando-me a medo logo que entro na cozinha a destinar as refeições como se fosse acabar diante deles, qualquer coisa de terrível que se prolonga no Rui—*Um problema hereditário minha senhora uma complicação que se transmite aos filhos nunca se pode prever como vão agir [...]*. (EP 25; itálicos do autor)

“[C]om o caruncho da epilepsia a roer-lhe a cabeça” (EP 39), segundo a visão fria e indiferente de Carlos, Rui, na perspectiva materna, “não era como os outros, não falava como os outros, imobilizava-se a meio das refeições de garfo pendurado como se tivesse partido para muito longe, o Carlos e a Clarisse a fitarem-se, o meu marido a encolher os ombros, eu preocupada” (EP 34). Metáfora dos traumas e da disjunção familiar, a doença de Rui é símbolo maior de um “mal de família” (EP 58), que as crises repetidas e espontâneas, bem como a perda de consciência e a agressividade atestam (EP 168-69, 175). Mas a doença não tem apenas efeitos nocivos na auto-imagem de Rui, que desde criança se sente doentamente atraído pela condição de *diferente* e pelo lugar “privilegiado” que o mal lhe concede na afectividade minguada da família. A condição de Rui acusa igualmente a auto-destruição do pai, consumido pelo alcoolismo, e os traumas de Clarisse, que são, sem dúvida, uma projec-

ção da calamidade que adivinhamos entre as várias gerações desta família. Entre as várias personagens do romance em análise há uma profunda consciência da doença, da debilidade, do envelhecimento e da degeneração familiar.

No contexto pós-imperial português, a doença alude ao deslocamento de Rui. Por isso, o asilo na Damaia representa um lugar de despartença para os que, como ele, estorvam a família. Num contexto mais amplo, a pátria dos retornados corporiza, segundo a personagem, o espaço onde não se encontram pontos de referência familiares (EP 41). Representando o que está à margem da razão na nação portuguesa, Rui habita “não bem uma clínica, não bem um lar, um estabelecimento na Damaia onde recebiam criaturas que estorvavam a família como era o caso, moribundos de cancro, atrasados mentais, ceguinhos...” (EP 42). Esse asilo português destinado ao ser-estorvo, onde Rui é internado por Carlos, que o priva das suas visitas durante cerca de quinze anos, afigura-se como um espaço onde são negados quer a doença, quer a subjectividade do doente e do “retornado” das terras de África:

[...] em que me receitam comprimidos que não tomo porque o director os acha caros demais, se me alimentar bem e não pensar em África ano fino, não é doença alguma que desmaiar não é doença, toda a gente desmaia, é cisma, não há problemas que uma namorada em condições não resolva, por que motivo não arranjas uma pequena aqui na Damaia, não uma galdéria, uma dessas que só pensam em melhorar a vida à nossa custa [...]. (EP 150)

A aproximação da condição de doente ao estatuto marginal do português oriundo de África é igualmente feita pelos médicos, que difundem uma visão negadora da identidade *Outra* de Rui, recomendando o seu regresso a África, “onde tudo é mais ou menos epiléptico” (EP 199). Sintetizando uma imagem pessimista do presente histórico português, tanto Rui, na doença e no asilo-instituição à margem da pátria, como Carlos, na condição de “retornado” na Ajuda, para quem Angola é o único espaço de regresso, reflectem a atrofia, o debilitamento e a apatia dos desajustados. Se a doença alude ao malogro familiar e ao mal-estar no tecido social português, ela não impede, no entanto, que Rui viva num estado de felicidade inconsciente e perversa. “Única personagem feliz da narrativa, embora se trate de uma felicidade desfocada, comunicada entre a maldade e a inconsciência,” como Maria Alzira Seixo frisa (339), Rui é, entre as personagens fracassadas de *O esplendor de Portugal*, o único a reconhecer que não há ninguém, nem mesmo Carlos, que seja capaz de impedi-lo

de ser feliz (EP 201). Sugere o romance que é na desrazão, no desatino e na loucura, enquanto formas de cegueira à realidade, que Rui encontra a libertação da imagem do *esplendor de Portugal*.

A cegueira simbólica de Rui permite, deste modo, que ele seja aparentemente feliz, porque como Shoshana Felman sublinha, em *Writing and Madness*, “what characterizes madness is thus not simply blindness, but a blindness *blind to itself*, to the point of necessarily entailing an *illusion of reason*” (36; itálicos da autora). Indagando como e por que a literatura reclama o discurso do louco, do doente e do pária (2), Felman argumenta nesse livro que a literatura “gives refuge and expression to what is socially or medically repressed, objectified, unauthorized, denied, and silenced” (4). Por isso, nota Felman, “literature becomes the only recourse for the self-expression and the self-representation of the mad. It alone restores to madness its robbed subjectivity” (4). No romance em análise, as confissões da personagem dão expressão à doença e restauram a subjectividade do doente (enquanto *Outro* da nação portuguesa) através da inscrição da sua voz e memória.

No tratamento de Clarisse, *O esplendor de Portugal* revela a mesma originalidade e virtude criadora que verificamos em outros romances de António Lobo Antunes. Nas representações ficcionais do rosto feminino da experiência colonial e pós-imperial portuguesa, Clarisse ocupa, sem dúvida, um lugar de relevo, aparecendo representada como mulher leviana/prostituta, o que lhe confere um estatuto marginal tanto na sociedade colonial como no Portugal pós-revolucionário. Em Angola, Clarisse representa a rebeldia e a insubordinação na (e contra a) família. Em Lisboa, a prostituição significa um modo de subsistência, indicando o fracasso existencial da personagem. Corporizando o *Outro*, o ex-colono regressado à pátria, Clarisse vê-se e imagina-se no espelho da nação portuguesa como mulher africana/africanizada. Assim sendo, a personagem reproduz o estereótipo de mulher africana/leviana que ela própria vê em si como correspondente à amante de senzala (EP 344).

Personagem complexa e instigante, Clarisse não deixa, contudo, de perpetuar a atitude de abrogação do colono. Se essa atitude na mãe indicia a violência voltada contra si, na filha, a abrogação revela-se na indiferença à vida (EP 217, 225), na auto-destruição mansa e na rejeição da afectividade. Por isso, ela vê o matrimónio como uma continuação da hipocrisia e do fracasso familiar patenteado na avó, na mãe e em Carlos, afirmando “o casamento é um homem que a gente se vira de costas a afastar o cabelo, nos sobe o fecho éclair, aperta o colchete e se afasta a pensar noutra coisa” (EP 374). Leviana e excêntrica em Angola, e dependente de um funcionário do governo português

em Portugal, Clarisse assemelha-se às matriarcas da família (mãe e avó)—na medida em que perpetua o racismo (*EP* 192-193, 270-271, 279) que corrói a vida familiar (sendo Carlos o alvô óbvio)—e à figura paterna, pois herda a sua inconformidade e lugar marginal na família. Representando a excentricidade, a impudência e a negação do *status quo* familiar no espaço colonial, ela desde cedo encena a separação e o afastamento gradual da família sob a protecção “incestuosa” do pai. Sem ter pena de abandonar Angola, os excessos coloniais e o machismo tacanho do colono português, Clarisse simboliza a consciência aguda da des pertinência e do deslocamento, que reconhecemos no seu constante desejo de partida e fuga. Como ela própria declara na terceira parte da obra:

Não senti pena de me ir embora de Angola onde mal se deixava a cidade tudo era excessivo e demasiado distante, horas e horas de uma fazenda a outra, senhoras que tomavam tisanas, alarmadas assim que me viam como se me apetessem tolice

os maridos que propunham em voz baixa sábados numa residencial no Dondo observando a água que se movia às arrecuas como sucede aos rios ao suspeitarem da foz [...] sábados no Dondo com os maridos a entalarem à pressa a fralda da camisa [...] dedos que hesitavam nas notas da carteira tentando um compromisso entre o muito e o pouco

— Compra uma coisa bonita para te lembrares de mim

como se me lembrasse deles, que peneiras, não me lembrava deles, lembrava-me da água às arrecuas negando-se à foz, maridos que na Europa seriam lojistas ou serventes e em África cavalos, criados, mobília inglesa, automóveis alemães, jantares com o governador, férias em Durban [...]. (*EP* 273)

A identidade de Clarisse afirma-se, pois, através da negação do estatuto de filha burguesa bem comportada e da rejeição dos espaços familiares do colono em África. A ambivalência perante a realidade colonial que adivinhámos na perspectiva desencantada de Clarisse reflecte as ideias do avô (Eduardo), que Isilda nos transmite no final da segunda parte do livro. É através da perspectiva de Eduardo que melhor se entende no romance a ilusão da razão colonial, bem como o desencanto perante a (sua) condição de colono. Eduardo é, assim, simultaneamente porta-voz de uma crítica incisiva à política metropolitana de exclusão do português das colónias e consciência viva do poder absurdo e ilusório do colono. Assemelhando-se a uma contra-narrativa da epopeia portuguesa, as palavras paternas que Isilda rememora na sua ficção de diário

falam-nos, sobretudo, da condenação ao degredo imposta pelo colono e pela metrópole, da despertença a África, do desprezo com que o colono é tratado pelos portugueses da metrópole e pelos africanos e da posição ambivalente da metrópole em relação às suas colónias (EP 255-63).

As palavras de Eduardo, “acabámos por gostar de ser os pretos dos outros e possuir pretos que sejam os pretos de nós” (EP 256), demonstram uma descrença profunda nas motivações, nas acções e, sobretudo, no *esplendor do Portugal* colonizador. Aceitando a auto-destruição como pena para os que, como ele, acabaram por gostar de África, “na paixão do doente pela doença que o esquarteja ou do mendigo pelo asilo que o humilha” (EP 256), Eduardo diz a Isilda: “não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos, mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola” (EP 257). A forma como Eduardo se vê na condição marginal de colono simultaneamente desprezado pela metrópole e pela África encontra ramificações na neta. Assim sendo, Clarisse não se identifica nem com o estatuto de quem procura a ilusão do dinheiro e do poder de querer mandar, na tentativa vã de dissimular a sua condição de portuguêsês-Outro, nem com a identidade de “retornada.”

Apesar de Clarisse afirmar “não senti pena de me ir embora de Angola por não gostar da fazenda nem da casa” (EP 275), a marca do passado colonial persegui-la-á na vida, anulando-lhe a possibilidade de ser feliz no presente. Clarisse afigura-se-nos, no entanto, como o olhar filial que se imagina mais distante de África. Por isso, cabe-lhe significativamente no livro a missão de narrar a viagem disfórica com destino ao Portugal pós-imperial. É, pois, através da sua perspectiva marginal e proscrita de testemunha dum império em ruínas que visualizamos o drama da partida e o afastamento de Angola:

[...] catorze dias ao léu na coberta do navio sem toilettes nem espaço para nos deitarmos, sopas e feijões ao meio-dia e à noite, um balde para as necessidades vertido borda for a alegrando os golfinhos, as hélices remexendo-nos a comida no estômago, inclusive na piscina, inclusive nos salva-vidas viajavam pessoas, sacos, baús, malas, um piano despedaçado, periquitos, Luanda a apequenar-se aos sacões até os coqueiros da ilha se evaporarem, já não sobrava nada de África, só limos e criaturas chorosas [...]. (EP 274)

Se é através de Clarisse que assistimos ao aceno de adeus a África, a ela compete-lhe igualmente narrar a visão primeira da chegada a Lisboa (Seixo

342). Da mesma forma, é Clarisse quem regista a imagem que os portugueses possuem dos africanos e dos “retornados,” bem como o tratamento que estes, vistos como “quase brancos,” recebem na pátria:

[...] mais albatrozes, gaivotas, as senhoras da classe de luxo batiam palmas enquanto Lisboa crescia para nós, não já o mar, o Tejo, fumo de chaminés, armazéns numa chuvinha parda, um comboio a escapar-se ao longo da muralha [...], entregaram-nos uma senha para reclamarmos a bagagem cinco meses depois, transportaram-nos para os arredores da cidade sem mercenários nem musseques que ardiam a fim de nos vacinarem, tirarem sangue e medirem a tensão, apavorados com a ideia de trazermos doenças de pretos que se pegassem, lepra, raiva, febre aftosa, bócio *não é que os africanos não sejam iguais a nós claro que são iguais a nós mas coitados nem portugueses falam vi documentários óptimos o mais objectivos que há sobre África com eles meio nus a comerem aranhas vocês graças a Deus são quase brancos são diferentes tomam duche com esses baldes giríssimos de furinhos adorava experimentar tomar duche no meio das bananeiras e assim ter um chimpanzé ou um leão [...].* (EP 277; itálicos do autor)

Lisboa, por sua vez, representa um espaço-*Outro* onde Clarisse pode “respirar de alívio” (EP 299) e finalmente libertar-se do jugo materno, da hipocrisia familiar e da guerra. Contudo, Lisboa é também o lugar onde ela não estaria se não fosse África e o alcoolismo paterno (EP 319-21, 327). É em Lisboa, enquanto único destino viável, que Clarisse vive a desintegração social, a alienação e a depressão, que culminam nos pequenos actos de suicídio contemplado (EP 349-350), em que deseja esquecer a dor presente que vai aos poucos desaparecendo sob o efeito dos medicamentos e dando lugar às memórias de África, da infância e do pai:

[...] quantos anos tenho agora que o comprimido principia a fazer efeito e sinto que adormeço, quer dizer ainda consigo pensar e falar mas da cintura para baixo deixei de ser eu, desapareci, não me vejo, ainda consigo mudar de canal, desporto, desenhos animados, o Papa, noticiários italianos holandeses belgas espanhóis marr perdão marroquinos [...], ainda consigo reparar nas luzes do Estoril desfocadas pela chuva, nos barcos a escorrerem das vidraças, no algodão, no girassol, no milho, em metades de caras queimadas e esmagadas na morgue do hospital, deixei de ser do pescoço para baixo, desapareci, não me vejo mas ainda consigo reparar no

meu pai pegando-me ao colo a alcançar os ramos das árvores, ficar mais alta que vocês [...]. (EP 328)

Sobejamente claros no romance são, pois, os sentimentos de despetença, o desamor à família, a afectividade nula, e o desencanto profundo com a realidade portuguesa que a sua relação com Luís Filipe acentua:

[...] não sei se gosto da minha família. Não sei se gosto de quem quer que seja. Não sei se gosto de mim, o magazine dos programas de televisão traz o horóscopo desta semana na penúltima página, depois do resumo das novelas, saúde cuidado com o fígado, amor possibilidade de um reencontro inesperado..., não fala em tomar a embalagem inteira de comprimidos de dormir, não diz que me falta qualquer coisa indefinida [...]. (EP 343)

É a ausência desse algo indefinido na vida, bem como a crise de identidade no espaço português, que levam Clarisse a desejar um *Outro*-espaço de partida e viagem (EP 371). Lisboa devolve-lhe, sobretudo, a consciência da dependência, a asfixia e a decepção metaforizadas na relação bissemanal com o amante. Se na colónia ela tinha encenado a separação e a insubordinação na família, no Portugal pós-imperial Clarisse conforma-se com a condição de mulher subordinada (EP 344) que não se reconhece no nome: “Alguém disse o meu nome, talvez o Luís Filipe, talvez a minha mãe a chamar-me ou então fui eu que adormeci sem dar conta, a minha boca gritou—Clarisse acordei com medo do meu nome no sofá da sala, diante da manhã do Estoril” (EP 369).

Se a questão da identidade é particularmente problemática para Clarisse, com Carlos esta questão acentua-se devido à sua identidade híbrida. De facto, entre as narrativas de revisitação africana publicadas na década de 90, *O esplendor de Portugal* é a que mais incisivamente aborda a temática da miscigenação, concedendo voz e subjectividade narrativa à figura do mestiço, personagem dividida e deslocada de si própria e dos outros:

Carlos chamavam um Carlos que era eu em elas não era eu nem era eu em eu, era um outro da mesma forma que se lhes respondia não era eu quem respondia era o eu deles que falava, o eu em eu calava-se em mim e eu permanecia um estranho, um eu que era dois, o deles e o meu, e o meu por ser meu não era, então dizia como eles diziam Carlos. (EP 121)

Carlos, personagem suporte desta narrativa, começando o primeiro capítulo com a sua voz, representa um atentado à pretensa homogeneidade da identidade colonial portuguesa. A sua presença na família denuncia, assim, ambivalências e contradições associadas ao projecto de construção de uma sociedade colonial luso-tropical em Angola. Exemplo claro dessas ambivalências é a adopção (assimilação e inclusão) e exclusão simultâneas do filho híbrido, prática que Ann Laura Stoler designa por “incorporação e distanciamento”: “dilemmas of colonial rule and a fundamental contradiction of imperial domination: the tension between a form of domination simultaneously predicated on both incorporation and distancing” (Stoler 202). Esse gesto ambivalente revela tanto o paternalismo visível nos actos de benevolência do colono para com as populações subjugadas (enquanto vontade de anular a culpa histórica do colonizador), como o desejo colonial de transformar (colonizar, assimilar, objectificar) o *Outro* no seio da família e da casa portuguesa, aqui tida como *miniatura do império* (George 6). Ora, esse desejo, que se exprime enquanto acto de civilização no espaço íntimo do império, é não apenas uma forma de valoração positiva da identidade colonial portuguesa que se define *vis-à-vis* o *Outro*, mas também um modo de negar a diferença desse *Outro*. A in/exclusão de Carlos no seio da família acarreta um compromisso absurdo entre a verdade interdita e silenciada sobre a sua identidade híbrida (sendo qualquer menção proibida entre os criados africanos da casa) e a constante lembrança, sobretudo entre os irmãos e a avó, do seu lugar marginal na família. A personagem Carlos tem, assim, importância primacial no romance, na medida em que acusa a existência de fronteiras interiores nos espaços familiares do império e exhibe o esforço colonial em negar, e anular, a identidade híbrida como categoria identitária específica.

Símbolo da degeneração paterna e da ruína familiar (ele é fruto do encontro colonial que Isilda tenta “reparar”), Carlos afigura-se-nos como uma voz dupla que simultaneamente subverte e afirma o colonialismo doméstico no seu contacto íntimo com os africanos (especialmente com Maria da Boa Morte) e no ódio que por eles nutre como forma de manter a sua “integridade” de colono português junto dos irmãos, da mãe e da avó, que repete ao longo do livro a frase “—É uma vergonha para a família tê-lo em casa Isilda só Deus sabe a vergonha que sinto” (EP 191). Por isso, nos laços que mantém com a África, Carlos manifesta a ambivalência dos sentimentos de familiaridade/proximidade e de distanciamento/deslocamento, ambivalência pontuada pela sua ligação à figura tutelar da infância que ele rememora em diversas ocasiões, afirmando,

Maria da Boa Morte Maria da Boa Morte Maria da Boa Morte

devido a quem a fez haver morrido ao pari-la, sempre de cigarro aceso com a brasa a arder no interior da boca, quando eu era pequeno gostava do cheiro de gordura frita dela, do cheiro de cigarro, da água-de-colónia de que a obrigavam a encharcar-se para apagar a catinga, Maria da Boa Morte; (EP 20)

e pela sua rejeição de uma identificação com o *Outro*. Assim, Carlos assimila a culpa de ser diferente e o medo de ser o motivo da desintegração da família. Vendo-se como centro da casa e na imagem do relógio que simboliza a finitude do tempo, da família e do império, ele assume na infância a responsabilidade de manter viva a existência de todos:

E sentia-me responsável por todos visto ser preciso qualquer coisa em mim, no meu peito, movendo-se da esquerda para a direita e da direita para a esquerda sístole diástole, sístole diástole, sístole diástole. (EP 66)

[...] no momento em que o relógio, em que eu, cessássemos de bater sístole diástole, sístole diástole a casa e a minha família e Angola inteira se sumiam, tinha de permanecer quieto, com qualquer coisa no peito da esquerda para a direita e da direita para a esquerda [...]. (EP 66)

Carlos, ao rememorar na idade adulta a ilusão infantil, deixa, no entanto, entrever uma ilusão maior: a do projecto colonial português que a retórica estado-novista se encarregara de difundir através das palavras “éramos eternos”:

[...] o relógio graças a Deus continuava, continuaria sempre, afinal não havia doenças, não havia morte, África, a minha casa, a minha família e eu não só éramos eternos como nada de mal nos aconteceria nunca, o meu pai podia beber uísque sem que o fígado lhe mirrasse...só os contratados é que cheiravam a cadáver e se sepultavam no cemitério do convento em redor do túmulo do colono onde as hienas uivavam, éramos eternos [...]. (EP 68)

Com o “vestígio no formato das unhas que nem um médico se lembraria de examinar, uma criança absolutamente branca em que apenas as pretas [...], detectariam sem hesitar a origem e a cor do sangue mas não diriam nada para se protegerem a si mesmas e a ele” (EP 91), Carlos, que no olhar da mãe adop-

tiva perpetua o estereótipo do mestiço como figura infeliz, rejeitada pela terra mãe, representaria um insulto à África e à senzala, o *Outro* do africano:

[...] o insulto de uma criança europeia na senzala transportada às costas por uma africana qualquer, ajudando-a a não ser repudiada pelos da raça dela, não aparecer morta numa azinhaga do bairro ou esventrada como um cabrito num trilho do capim, eu de caneta sobre o cheque fitando as nuvens [...]. (EP 91)

São os irmãos, no entanto, quem melhor transmitem a Carlos a consciência da sua condição de ser dividido e excluído. É, sobretudo, Clarisse quem afirma a sua identidade africana, que Carlos evoca do seguinte modo:

Clarisse, liberta de mim na cozinha, a chamar-me o que nunca me chamavam, o que todos conheciam e evitavam falar [...] apesar da cor da minha pele, dos lábios estreitos, do cabelo liso, de dizer mãe à minha mãe e de ela me dizer filho como aos outros. (EP 77)

É através das memórias de Clarisse, na sua revisitação da viagem disfórica que os três irmãos fazem com destino à pátria dos retornados, que detectamos a diferença de Carlos: “escondido ao meio de nós com o medo de o descobrirem entre os brancos, se chamarem uns aos outros, o chamarem, lhe baterem com a coronha” (EP 294). Centro do malogro familiar e alvo do racismo agressivo dos irmãos, Carlos não deixa, no entanto, de reproduzir o mesmo ódio e racismo na sua relação com os africanos e no matrimónio falhado com Lena, mussequeira mestiça e pobre, com quem casa “numa espécie de autopunição afectivamente enjeitada” (Seixo 328). Carlos incorpora e perpetua, desse modo, a culpa e o estereótipo do africano como inferior que a família, como sugere Maria Alzira Seixo, inculca nele como forma de abrogação:

Bastardo e mulato, educado na família em jeito de filho branco e não tendo sido revelado o segredo que todos praticamente partilham, ele representa a parte híbrida por excelência da família, mas utiliza-a muito mais como abrogação (maltratando os outros ou comportando-se em jeito carrancudo) do que como assimilação. (328)

Em conclusão, não se trata, pois, de ver como *O esplendor de Portugal* olha o *Outro* africano, mas de pensar as configurações que o português assume enquanto indivíduo metamorfoseado, “africanizado” e hibridizado nas mar-

gens da nação. Que tipo de indivíduo é este produzido nas margens? Como é que a experiência colonial o forja e transforma, no sentido atribuído por Albert Memmi em *The Colonizer and the Colonized*, segundo o qual “the colonial situation manufactures colonialists, just as it manufactures the colonized” (56)? Como é que os filhos da terra (não apenas os nascidos em África de pais portugueses, mas também os filhos que resultam do encontro/confronto entre portugueses e africanos) negoceiam a sua identidade entre África e Portugal? Quais os benefícios e desvantagens de se examinar a experiência colonial a partir da questão da identidade-*Outra* do português? Será que, como Isabel Allegro de Magalhães interrogativamente sugere em “Capelas Imperfeitas,” “o ser aparentemente já de si dividido, fragmentado ou até ‘heteronimizado’ dos portugueses terá sido um impedimento também ao reconhecimento do Outro, como distinto de si, dado esse outro existir já, de certo modo, dentro de cada sujeito?” (345).

Conclusão

Se, como sublinha Maria Norberta Amorim, a historiografia portuguesa não tem singularizado a abordagem dos sentimentos na área dos estudos da família (10), o mesmo não pode ser dito da literatura portuguesa que tem desenhado—intensamente, registre-se—a cartografia da identidade familiar nas suas múltiplas facetas. Articulando a dimensão íntima e a dimensão afectiva da instituição familiar no contexto colonial e pós-imperial português, *O esplendor de Portugal* explora incisivamente, quer noções de família (com base em hierarquias, dependências, rupturas, conflitos e declínios), quer a importância dos laços íntimos e afectivos na construção do sujeito colonial. A família (a conjugalidade, a ilegitimidade, os laços de maternidade e paternidade, as relações entre pais-filhos e entre irmãos, o adultério e o papel da mulher) é a tópica central que este romance revisita com o intuito de abalar a estrutura da emblemática trilogia “Deus, Pátria, Família.” *O esplendor de Portugal* afigura-se-nos, pois, como um romance de família na medida em que incide nos conflitos entre membros de diferentes gerações e na decadência do núcleo familiar ao longo das gerações (Ru 36). Sem dúvida, a desintegração da família simboliza o crepúsculo e a morte do sistema colonial. O projecto colonial é, assim, posto em causa através da evocação da instituição familiar decadente e da família que se desintegra com a morte das figuras de autoridade. A família portuguesa em *O esplendor de Portugal* é, sobretudo, o espaço onde se cultiva a intolerância e o ódio, quer ao *Outro* (o africano,

o mestiço, o doente e o desajustado) quer ao Mesmo, enquanto forma de auto-destruição.

O esplendor de Portugal é, deste modo, um romance anti-épico acerca da identidade portuguesa que se debruça sobre o percurso disfórico da família por terras de aquém e além-mar. Publicado nos anos 90, *O esplendor de Portugal* examina sem complacência as figurações da identidade filial negociada no espaço de conflito e tensão da família, a imagem e o lugar da mulher portuguesa no império, a exclusão do filho híbrido (e o fracasso do projecto de construção de um império multirracial) e a temática do deslocamento português em relação à África e ao Portugal pós-imperial. Prestando especial atenção à memória dos filhos e à narração da sua experiência enquanto história plural, fragmentada e reinventada no acto de decantar o eu-*Outro*, o romance demonstra a atenção que as temáticas da memória e da identidade têm recebido na literatura, na história, na antropologia e, sobretudo, nos estudos pós-coloniais das últimas duas décadas. Obra que investe no autobiografismo ficcional como género privilegiado para o registo das ficções do eu colonial e pós-imperial, *O esplendor de Portugal* revisita a África do colono português e os espaços íntimos da memória familiar (a casa além-mar que não se consolidou, marca da despartença portuguesa a África, especialmente dos filhos) mostrando como o projecto de rememorar o “colonial” e a África é um projecto “falhado” porque a memória não é completa, sobretudo a memória crepuscular dos filhos no fim de século, e, por isso, depende da intervenção da ficção.

Notas

* Agradeço a Pedro Pereira pela forma generosa com que leu e comentou este ensaio.

¹ Daqui em diante passarei a usar a sigla *EP* nas citações do texto.

Obras Citadas

- Almeida, Onésimo Teotónio. “A questão da identidade nacional na escrita portuguesa contemporânea.” *Hispania* 74 (1991): 492-500. Impresso.
- Amorim, Maria Norberta. “História da família em Portugal, uma história em marcha.” *Ler História* 29 (1995). Impresso.
- Antunes, António Lobo. *O esplendor de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. Impresso.
- Baptista, Abel Barros. “O espelho perguntador.” *Colóquio/Letras* 143-44 (Janeiro-Junho 1997): 63-79. Impresso.

- Cabral, Eunice et al, org. *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes. Actas do colóquio internacional da Universidade de Évora*. Universidade de Évora e Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. Impresso.
- Chagas, Maria Manuela Duarte. "Da multiplicidade de vozes narrativas à incomunicabilidade. *O esplendor de Portugal*—uma narrativa plurivocal." *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes. Actas do colóquio internacional da Universidade de Évora*. Org. de Eunice Cabral, Carlos J. F. Jorge e Christine Zurback. Universidade de Évora e Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. Impresso.
- Cordeiro, Cristina Robalo. Recensão de *O esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes. *Colóquio/Letras* 149-150 (Julho-Dezembro de 1998): 431-32. Impresso.
- Faria, Ângela Bearriz. "*O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes: o desencantamento do mundo e da desrazão." Web. <http://www.geocities.com/ail_br/oesplendordeportugaldeantoniolobo.htm>.
- Felman, Soshana. *Writing and Madness*. Palo Alto: Stanford UP, 2003. Impresso.
- Fonseca, Ana Margarida. "Identidades impuras—uma leitura pós-colonial de *O esplendor de Portugal*." *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes. Actas do colóquio internacional da Universidade de Évora*. Org. de Eunice Cabral, Carlos J. F. Jorge e Christine Zurback. Universidade de Évora e Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. Impresso.
- . "Testemunho(s) e memória(s). Imagens pós-coloniais da alteridade." *Literatura e Pluralidade Cultural*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. Impresso.
- . "Processos de construção da identidade nacional e cultural na ficção angolana e portuguesa pós-colonial—um contributo." Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, org. *Histórias literárias comparadas. Actas do colóquio internacional, 11-12 de Novembro de 1999*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. Impresso.
- George, Rosemary Marangoly. *The Politics of Home: Postcolonial Relocations and Twentieth-century Fiction*. Berkeley: U of California P, 1996. Impresso.
- Gikandi, Simon. *Maps of Englishness: Writing Identity in the Culture of Colonialism*. New York: Columbia UP, 1996. Impresso.
- Haddour, Azzedine. *Colonial Myths and Narrative*. Manchester: Manchester UP, 2000. Impresso.
- Hulme, Peter. *Colonial Encounters: Europe and the Native Caribbean, 1492-1797*. London: Methuen, 1986. Impresso.
- Jorge, Carlos F. "Os discursos da paródia e do desencanto no nosso romance mais actual—a narrativa." *Vértice: Revista de Cultura e Arte* 38 (Maio 1991): 93-96. Impresso.
- Machado, Álvaro Manuel. *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Impresso.
- Magalhães, Isabel Allegro de. "Capelas imperfeitas: configurações literárias da identidade portuguesa." Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro, org. *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. Impresso.
- Mathias, Marcello Duarte. "Autobiografias e diários." *Colóquio/Letras* 143-144 (Janeiro-Junho 1997): 41-62. Impresso.
- Memmi, Albert. *The Colonizer and the Colonized*. Boston: Beacon Press, 1991 [1957]. Impresso.
- Reis, Carlos. "Um romance repetitivo." Recensão de *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes. *Jornal de Letras* (22 de Outubro 1997): 24-25. Impresso.
- Ribeiro, António Sousa e Maria Irene Ramalho, org. *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. Impresso.
- Rocha, Clara Crabbé. *Máscaras de narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1992. Impresso.

- Ru, Yi-Ling. *The Family Novel: Toward a Generic Definition*. New York: Peter Lang, 1992. Impresso.
- Santos, Boaventura de Sousa. "Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade." Org. Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro. *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. Impresso.
- Seixo, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes. Análise, interpretação, resumos e guiões de leitura*. Lisboa: Dom Quixote, 2002. Impresso.
- . "O esplendor de Portugal." *Os romances de António Lobo Antunes. Análise, interpretação, resumos e guiões de leitura*. Lisboa: Dom Quixote, 2002. Impresso.
- Stoler, Ann Laura. "Sexual Affronts and Racial Frontiers: European Identities and the Cultural Politics of Exclusion in Colonial Southeast Asia." Ed. Frederick Cooper and Ann Laura Stoler. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: U of California P, 1997. Impresso.
- Viegas, Francisco José. "António Lobo Antunes—Nunca li um livro meu." Recensão de *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes. *Ler: Livros & Leitores* 37 (Inverno 1997): 30-43. Impresso.
- Vieira, Agripina Carriço. "Com Angola no Pensamento." *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes. Actas do colóquio internacional da Universidade de Évora*. Org. Eunice Cabral, Carlos J. F. Jorge e Christine Zurback. Universidade de Évora e Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. Impresso.

Isabel A. Ferreira Gould. Doutorada em Literatura Portuguesa e Brasileira pela Brown University (2004), é Professora Assistente e Fellow do Helen Kellogg Institute for International Studies e do Nanovic Institute for European Studies na University of Notre Dame, EUA. Ensina actualmente cadeiras de literatura e cinema luso-brasileiro. Leccionou na Harvard University (2000-2001), na Brown University (1995-1999), na University of Massachusetts-Dartmouth/Programa de Verão (1996-1999), no Rhode Island College (1998-1999) e na University of Rhode Island (1997). As suas áreas de ensino e investigação incluem: colonialismo, pós-colonialismo, guerra e ditaduras; e(i)migração e exílio; autobiografia e memorialismo. Tem recensões e artigos publicados sobre Fernando Aires, António Lobo Antunes, Maria Isabel Barreno, Helder Macedo e João de Melo. Email: ferreira.5@nd.edu